

## Revista Exame

### O desafio da ministra

#### O setor elétrico terá de investir 200 bilhões de reais em dez anos para evitar um novo apagão. Difícil é atrair o dinheiro

Manuela Rios

A bomba relógio que vai detonar um novo apagão energético já está engatilhada e pode explodir em 2009. Se a construção de novas fontes de energia não for iniciada com urgência, será muito difícil evitar outro racionamento no abastecimento de eletricidade antes do fim desta década. Hoje, o Brasil tem capacidade de gerar 91 200 MW de energia. Pelos cálculos da Câmara brasileira de investidores em Energia Elétrica (CBIEE), um órgão de representação das empresas do setor, será preciso aumentar essa geração em 3000 MW por ano ao longo dos próximos dez anos para impedir o desabastecimento. Não será barato. Estudos da própria CBIEE indicam que será preciso investir 13 bilhões de reais por ano só na geração. Os investimentos em transmissão e distribuição elevam a conta para 20 bilhões de reais por ano. Ao todo, serão 20 bilhões de reais em dez anos pra impedir um novo apagão.

A questão é de onde virá esse dinheiro. No governo passado, o Estado só regularia e fiscalizaria o sistema. O governo Lula recolocou as estatais no papel das principais empreendedoras. "Mas nem com a benção o espírito santo elas poderão arcar sozinhas com os investimentos necessários", diz Cláudio Salles, presidente da CBIEE, que reúne 16 grupos privados brasileiros e estrangeiros. A Eletrobrás congrega a Chesf, Furnas e Eletronorte, entre outras, além de possuir 50% de Itaipu. Embora respondam por 60% da energia consumida no país, as estatais devem investir 4,6 bilhões de reais neste ano, só metade na geração.

Os investidores privados, que poderiam suprir o que falta, estão reticentes em colocar mais dinheiro por causa da incerteza regulatória. O governo Lula introduziu um novo modelo de setor elétrico - o terceiro desde 1995 - e propôs, no Congresso, retirar autonomia das agências reguladoras. "Com instabilidade regulatória, como é que alguém pode investir em infra-estrutura se só amortizará o capital em 20 ou 30 anos?", questiona Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O principal problema do novo modelo é a modicidade tarifária. Antes da nova lei, ganhava a concessão para produzir energia quem pagasse mais, o que gerou ágio de até 3 000% por algumas concessões. Agora, leva quem oferecer a menor tarifa. É o melhor dos mundos para o consumidor, mas a energia elétrica tem custo crescente em todo o mundo por causa das restrições ambientais. Custos em alta e remuneração em baixa logicamente desanimam os investidores.

Para baixar tarifas, o governo inventou os conceitos de energia velha (que excedia o consumo antes da instituição do novo modelo) e de energia nova, a das usinas que ainda serão construídas. Daí, promoveu um megaleilão de energia velha para

suprir a demanda até 2007, quando haverá excesso de oferta. Os preços caíram a níveis incapazes de garantir rentabilidade e bancar novos investimentos.

### **Dilma Rousseff: lidando com a incerteza regulatória**

Um novo leilão de energia velha vai ocorrer no dia 31 de março. Em maio, está programado um leilão de energia que pode ser vendida como nova ou velha. Os investidores estarão muito atentos. Somente se os preços de longo prazo melhorarem eles poderão participar dos dois primeiros leilões de usinas novas do governo Lula, programados para junho e dezembro. A ministra Dilma Rousseff garante que os preços vão subir. "Nos próximos leilões de geração, pode estar chovendo canivete que o preço da energia nova estará lá em cima", diz Dilma.

O governo vai ter de correr. Primeiro, porque a nova lei diz que as centrais só podem ser licitadas depois de obterem licença ambiental. Somente 22 projetos já têm aval do regulatório Ibama. Depois, o governo ainda tem de esclarecer pontos críticos. Falta definir qual será o índice de reajuste das tarifas (IGP-M ou IPCA) e a forma de licitação. Com tantas incertezas, será difícil atrair mais dinheiro. O empreendedor privado investe onde o ambiente for mais atraente. Hoje, no Brasil, além da incerteza, ele é afugentado pela conta salgada dos impostos e encargos que oneram o setor elétrico. Segundo cálculos da Aneel, 51 % da tarifa paga pelo consumidor são tributos, tornando o Brasil campeão mundial nessa modalidade de taxação. "Isso não dá para bancar a geração, a transmissão e a distribuição de energia. O retorno do negócio está muito aquém do esperado", explica o presidente da CBIEE.